

Este texto foi dividido e parcialmente publicado, com modificações, como:

Sarmiento, Manuel Jacinto (2008). "Sociologia da Infância: Correntes e Confluências", in Sarmiento, Manuel Jacinto e Gouvêa, Maria Cristina Soares de (org.) (2008). *Estudos da Infância: educação e práticas sociais*. Petrópolis. Vozes (17-39)

e  
Sarmiento, Manuel Jacinto (2009), Estudos da infância e sociedade contemporânea: desafios conceptuais, *Revista O Social em Questão. Revista da PUC-Rio de Janeiro*, XX, nº21 (15-30)

# **Sociologia da Infância: Correntes e Confluências**

Manuel Jacinto Sarmiento

Instituto de Estudos da Criança. Universidade do Minho

O incremento dos estudos sociológicos da infância é um facto indesmentível. Para o contexto europeu, a publicação do conjunto de relatórios nacionais do Centro Europeu para a Investigação e a Polícia Social de Viena sobre a situação da infância, no âmbito do projecto Infância como um Fenómeno Social, com uma notável introdução teórica da autoria do coordenador do Projecto, o sociólogo dinamarquês Jans Qvortrup (1991), constitui um momento marcante na revelação da maturidade do projecto científico da Sociologia da Infância, tendo na sua sequência concitado um elevado interesse académico, revelado na criação de revistas científicas especializadas, no incremento de encontros científicos internacionais de ampla repercussão, no desenvolvimento de uma literatura internacional de referência, na quantidade de projectos científicos internacionais promovidos e na consagração institucional reflectida na constituição dos mais recentes comités científicos das grandes organizações científicas internacionais, nomeadamente a International Sociology Association (ISA) e a Association International des Sociologues de Langue Française (AISLF).

Não obstante, permanece paradoxal a situação da abordagem sociológica da infância. Apesar da enorme importância das políticas demográficas, das transformações geracionais em curso, das realidades sociais de exclusão e pobreza

e da enorme mediatização de fenómenos associados à infância (especialmente sob o modo trágico da violência das redes pedófilas ou da violência sobre e de crianças), e considerando ainda os recentes desenvolvimentos científicos da área, a Sociologia da Infância não encontrou um alargado reconhecimento como área de referência e responsabilidade vital entre a comunidade de sociólogos e na definição do campo sociológico. Exemplo disso mesmo é o facto do mais recente manual internacional de Sociologia (Calhoun, Rojek e Turner, 2005) não dedicar à infância senão umas discretas referências no capítulo dedicado à pobreza (Conley, 2005).

Num balanço recente sobre o impacto do projecto europeu de investigação acima referido, Qvortrup (2001) refere que a infância parece continuar a ser confinada no imaginário colectivo aos "pequenos mundos", suscitando sobretudo estudos de natureza etnográfica e poucos estudos estruturais e concitando relações interdisciplinares essencialmente com a antropologia, a psicologia e as ciências da educação e muito poucas articulações com a disciplinas como a economia, a ciência política e a geografia. Ou a Sociologia Geral, acrescentaríamos nós... E, não obstante, o sentido da Sociologia da Infância reside em última instância em compreender a sociedade, a partir do fenómeno social da infância.

O paradoxo a que nos referimos tem tudo a ver com a peculiaridade com que a infância tem sido trabalhada sociologicamente. Abordaremos adiante este ponto. Por agora, interessa-nos reforçar a ideia de uma renovação contemporânea dos estudos sociológicos da infância, que, não obstante, caminha lado a lado com um efeito de invisibilização das crianças como actores sociais, efeito este que ainda permanece no domínio do que poderíamos designar khuntianamente como a "ciência normal".

### **Génese e afiliações da Sociologia da Infância**

Apesar das crianças não terem sido nunca um tema ausente do pensamento sociológico, desde os primeiros tempos da disciplina, o estatuto de objecto sociológico e a consideração da infância como categoria social apenas se desenvolveu no último quartel do século XX, com um significativo incremento a partir do início da década de 90. No entanto, desde os anos 30 que a expressão "sociologia da infância" se encontra formulada (Qvortrup, 1995:8). Ainda antes, a consideração da infância como geração sobre a qual os adultos realizam uma acção de transmissão cultural e de "socialização" constituiu-se como objecto de uma das mais importantes obras do início do pensamento sociológico: o da teoria da

socialização de Emile Durkheim (1972[1938]). Porém, a análise da infância “em si mesma”, isto é, como categoria sociológica do tipo geracional é muito mais recente. Daí a designação corrente de “*nova Sociologia da Infância*” para designar este renovado campo de estudos sociológicos.

Dissociando-se progressivamente de outras variantes disciplinares da Sociologia (como a Sociologia da Educação e a Sociologia da Família), ainda que em diálogo contínuo com elas, a Sociologia da Infância tem vindo, sobretudo no decurso das duas últimas décadas, a ganhar maior expressão, através da criação dos seus próprios conceitos, da formulação de teorias e abordagens distintas e de constituição de problemáticas autónomas. Considerando, simultaneamente, as dimensões estruturais e interactivas da infância, a Sociologia da Infância desenvolve-se contemporaneamente, em boa parte, por necessidade de compreensão do que é um dos mais importantes paradoxos actuais: nunca como hoje as crianças foram objecto de tantos cuidados e atenções e nunca como hoje a infância se apresentou como a geração onde se acumulam exponencialmente os indicadores de exclusão e de sofrimento. Ao incorporar na sua agenda teórica a interpretação das condições actuais de vida das crianças, a Sociologia da Infância insere-se decisivamente na construção da reflexividade contemporânea sobre a realidade social. É por isso, que, na verdade, ao estudar a infância, não é apenas com as crianças que a disciplina se ocupa: é, com efeito, *a totalidade da realidade social* o que ocupa a Sociologia da Infância. Que as crianças constituem uma porta de entrada fundamental para a compreensão dessa realidade é o que é, porventura, novo e inesperado no desenvolvimento recente da disciplina.

Podemo-nos interrogar acerca da longa ausência da infância do estudo sociológico e do recente desenvolvimento da disciplina. Há para esta interrogações respostas do campo social e do campo epistemológico.

As razões sociais residem na subalternidade da infância relativamente ao mundo dos adultos; com efeito, as crianças, durante séculos, foram representadas prioritariamente como “homúnculos”, seres humanos miniaturizados que só valia a pena estudar e cuidar pela sua incompletude e imperfeição. Estes seres sociais “em trânsito” para a vida adulta foram, deste modo, analisados prioritariamente como objecto do cuidado dos adultos. A precocidade do estudo das crianças pela medicina, pela psicologia e pela pedagogia encontra aqui as suas razões de ser: as crianças eram consideradas, antes de mais, como o destinatário do trabalho dos adultos e o seu estudo só era considerado enquanto alvo do tratamento, da orientação ou da acção pedagógica dos mais velhos (cf. Rocha e Ferreira, 1994) e Rollet e Morel, 2000). Esta imagem dominante da infância remete as crianças para

um estatuto pré-social: as crianças são “invisíveis” porque não são consideradas como seres sociais de pleno direito. Não existem porque não estão lá: no discurso social.

Acresce a isto o facto da modernidade ter confinada às crianças ao espaço privado, ao cuidado da família e ao apoio de instituições sociais – asilos, infantários, creches, reformatórios, asilos de menores, orfanatos – cujo impulso eugenista inicial se caracteriza exactamente por retirar da esfera pública os cidadãos mais jovens, especialmente se apresentam indicadores potenciais de desviância ou se a indigência económica os remete para cuidados assistenciais. A privatização da infância não apenas opera um efeito de ocultamento e invisibilização da condição social da infância – como acontece por exemplo, de forma idêntica, com o trabalho doméstico da mulher, não tematizado como actividade social e não referenciado tradicionalmente como actividade económica – como concita um tipo específico de olhar científico, durante muito tempo sociologicamente considerado de modo aproblemático: a das ciências do indivíduo, da pessoa, da esfera privada e da intimidade, especialmente a Psicologia e algumas das suas derivações, nomeadamente a Psicopedagogia, a Puericultura, a Pedopsiquiatria, etc.

O trabalho de construção científica do objecto social infância torna indispensável, por isso mesmo, desconstruir a produção pericial da infância pelas ciências do indivíduo, tarefa esta que não é feita sem escolhos teóricos e epistemológicos, mas que se torna tanto mais necessária quanto a promoção da infância a objecto sociológico e o entendimento das crianças como actores sociais é um trabalho reconfigurador do conhecimento com que as crianças têm sido tematizadas. Nesse trabalho, em curso, são tão importantes e significativos os esforços teóricos de alguns sociólogos que tomam o discurso (pedo)psicológico ou psicológico como objecto (e.g. Corsaro, 1997; Gavarini e Petitot, 1998; Neyrand, 2000; Plaisance, 2005), como o trabalho desconstrucionista de psicólogos que tomam por referência crítica a sua própria disciplina (e.g. Burman, 1994; Woodhead et. al., 1998; Souza, 2003; Rogoff, 2003;; Vasconcellos, 2006).

Mas a Sociologia nem por isso deixou de considerar a inserção social das crianças. O conceito de *socialização*, nas suas diferentes versões e revisões, a partir de Durkheim (1972[1938]) e Parsons e Bales (1955), passando pela teoria da reprodução de Bourdieu e Passeron (1970) e pela abordagem construtivista de Berger e Luckman (1973), constitui o domínio exacto da hipostasia da infância como condição social susceptível de ser estudada em si própria.

As crianças não sendo consideradas como seres sociais plenos, são percebidas como estando em vias de o ser, por efeito da acção adulta sobre as novas

gerações. O conceito de socialização, constitui, mais do que um constructo interpretativo da condição social da infância, o próprio factor da sua ocultação: se as crianças são o "ainda não", o "em vias de ser", não adquirem um estatuto ontológico social pleno – no sentido em que não são "verdadeiros" entes sociais completamente reconhecíveis em todas as suas características, interactivos, racionais, dotados de vontade e com capacidade de opção entre valores distintos – nem se constituem, como um objecto epistemologicamente válido, na medida em que são sempre a expressão de uma relação de transição, incompletude e dependência.

Em conformidade, a Sociologia não se ocupou da criança como um ser social, mas promoveu o "aluno" a objecto científico, na exacta medida em que é por este estatuto que se realiza (ou não) o processo de socialização. Não contraditoriamente - dado que é a análise da socialização insucessida o que se encontra em causa - a criança é constituída também como objecto sociológico na condição de anomia ou de (auto) exclusão, nomeadamente em situação de prática de delinquência ou na rua, como aconteceu nomeadamente nos (notáveis) trabalhos da escola de Chicago (e.g. Becker, 1973) ou em estudos etnometodológicos clássicos (e.g., Willis, 1991). Mas é, de facto, na condição de aluno ou na posição de desviância ou de anomia que a criança é estudada tradicionalmente pela Sociologia – raras vezes a partir da consideração da sua condição social e geracional. É por isso que J. Qvortup (1995) afirma que as crianças, mais do que ignoradas, têm sido marginalizadas e "menorizadas" pelo discurso sociológico.

A emergência contemporânea de um novo surto do discurso sociológico centrado na infância toma por referência uma revisão crítica do conceito de "socialização" (e.g. Waksler, 1991; Sirota, 1994; Corsaro, 1997; Plaisance, 2004; Mollo-Bouvier, 2005), sendo as crianças analisadas como actores no processo de socialização e não como destinatários passivos da socialização adulta, colocando-se sob escrutínio as relações complexas de interacção na comunicação de saberes e valores sociais (no qual as crianças ocupam por vezes o papel de transmissores e os adultos o lugar de receptores, cf. e.g. Mead, 1970) e considerando a complexidade das variáveis sociais em presença (onde as relações de classe, género, etnia se associam a características interindividuais que tornam o processo de transmissão e recepção dos saberes, normas e valores sociais muito mais complexo do que aquilo que a concepção tradicional de socialização propõe).

Acresce à revisão científica do conceito de socialização, o facto da sociologia se ter vindo a ocupar progressivamente das dimensões sociais do espaço privado e individual. A reorientação do campo sociológico para o actor social e a construção

de uma "sociologia dos indivíduos sociais", com ênfase na análise da construção dos laços sociais e focalização das dimensões subjectivas da existência em sociedade, dos trajectos singulares da existência humana e na produção das identidades individuais, remete o olhar sociológico para a procura dos processos de subjectivação e chama ao esforço analítico dimensões até agora consideradas como monopólio do campo psicológico. A reentrada do privado e do subjectivo no domínio do que é socialmente focalizável não deixa de trazer importantes consequências para a redefinição da pertinência analítica da Sociologia da Infância. Esta reorientação da Sociologia não apenas decorre do trabalho teórico de crítica à sociologia holística (Lahire, 2004), como é imposta pelo processo social de individualização em que a fase actual da modernidade reconfigura o processo de socialização (Beck, 1992). A Sociologia da infância encontra nesta complexificação do trabalho sociológico muita da sua pertinência, tanto quanto muitos dos seus principais desafios analíticos e conceptuais (cf. Sunker, 2001; Prout, 2005).

Não é certamente por acaso que um dos sociólogos que mais tem sido sensível a esta apropriação do "indivíduo social" pela Sociologia, Bernard Lahire enuncie um programa para uma nova Sociologia da Infância, em duas grandes linhas de desenvolvimento:

- o estudo das socializações (familiares, escolares, nos grupos de pares, ou nas instituições culturais, desportivas, políticas, religiosas) e os processos de interiorização das relações de autoridade, das disposições sócio-políticas, das disposições culturais-cognitivas, dos quadros de valores culturais e morais;
- o estudo dos fenómenos de transferibilidade das disposições mentais e comportamentais entre universos distintos de inserção infantil e adolescente e de tensão de disposições contraditórias entre quadros socializadores parcial ou completamente incompatíveis (2005: 306-7).

Este programa inscreve-se num esforço teórico e analítico que precede mais de uma década do seu propósito enunciado por Lahire. Nesse sentido, poderá considerar-se com algum senso de justiça que o sociólogo francês se propõe franquear uma porta que está já (pelo menos) entreaberta. Mas que esse propósito tenha sido enunciado, não deixa de ser sinal de uma mudança teórica e conceptual que, ainda que a custo, desperta a Sociologia para a infância.

Porém, para além dos desafios teóricos suscitados no interior do campo sociológico, é a infância como problema social que mais fortemente tem pressionado o trabalho científico da Sociologia da Infância. Para ele contribui decisivamente o aumento da importância das crianças na sociedade contemporânea. Essa importância verifica-

se, antes do mais (isto no sentido do reconhecimento e não no plano da prioridade dos valores), porque em torno delas se constituiu um mercado global de produtos para a infância de importância económica estratégica; depois, porque as crianças mobilizam contemporaneamente um número crescente de adultos que trabalham com crianças (por exemplo, os professores constituem cerca de um terço da totalidade dos funcionários públicos portugueses e são, de longe, o maior contingente profissional empregado pelo Estado); finalmente, *the last not the least*, porque as crianças são percentualmente cada vez menos na sociedade contemporânea e a significativa redução do número de crianças na sociedade, por comparação com outros grupos etários, torna particularmente sensível a sua presença/ausência, nos equilíbrios demográficos, nas relações de afecto e até, a prazo, na própria formação do rendimento das famílias e na estabilidade do Estado-Providência (Qvortrup, 1991). Que as crianças se tornem cada vez mais importantes à medida que são cada vez menos, esse é apenas um dos muitos paradoxos da infância (Qvortrup, 1995).

### **O Objecto da Sociologia da Infância: Infância como categoria social e crianças como actores sociais**

A Sociologia da Infância propõe o estabelecimento de uma distinção analítica no seu duplo objecto de estudo: *as crianças como actores sociais*, nos seus mundos de vida, e a *infância*, como categoria social do tipo geracional, socialmente construída. A infância é relativamente independente dos sujeitos empíricos que a integram, dado que ocupa uma posição estrutural. Essa posição é condicionada, antes de mais, pela relação com as outras categorias geracionais. Deste modo, por exemplo, a infância depende da categoria geracional constituída pelos adultos para a provisão de bens indispensáveis à sobrevivência dos seus membros, e essa dependência tem efeitos na relação assimétrica relativamente ao poder, ao rendimento e ao *status* social que têm os adultos e as crianças, sendo esta relação transversal (ainda que não independente) das distintas classes sociais. Por outro lado, o poder de controlo dos adultos sobre as crianças está reconhecido e legitimado, não sendo verdadeiro o inverso, o que coloca a infância – independentemente do contexto social ou da conjuntura histórica – numa posição subalterna face à geração adulta.

A existência de um grupo que é socialmente subalterno devido a sua condição etária é, por consequência, essencial à definição da infância. Existe infância na medida em que, historicamente a categoria etária foi constituída como diferença e

que essa diferença é geradora de desigualdade. O reconhecimento do estatuto diferencial e desigual das pessoas de idade mais nova não foi sempre assente, sendo a infância considerada como um fruto da modernidade, especialmente depois dos estudos de P. Ariès (1973), que estabeleceu a gênese do “sentimento de infância” no processo simbólico de constituição do sujeito moderno<sup>1</sup>. As variações históricas da noção de infância estão também associadas às balizas etárias que definem a categoria geracional e que são variáveis no espaço-tempo. A Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas, de 1989, estabelece o limite da infância nos 18 anos e adoptamos este marco referencial como o arbítrio mais consensual para a definição dos limites da infância, sem prejuízo da consideração da existência de vários subgrupos etários, como categorias sócias (e não apenas psicológicas) no interior da infância<sup>2</sup>.

A afirmação anterior não significa que a infância não seja atravessada por contradições e desigualdades, seja no plano diacrónico, seja no plano sincrónico.

No plano diacrónico, essas diferenças e contradições ocorrem a propósito das várias e sucessivas imagens sociais construídas sobre a infância e aos vários papéis sociais atribuídos: por exemplo, o trabalho manual foi durante séculos considerado um papel social desempenhável por crianças – e, em certos períodos históricos, foi mesmo um papel central em certos ofícios, mesmo os mais pesados, como o trabalho das minas, aproveitando a diminuta estatura das crianças para penetrar nas galerias mais estreitas (cf. Chassagne, 1998) – e é hoje geralmente condenado (cf. Sarmiento, 2000).

No plano sincrónico, essas diferenças e contradições operam por efeito da pertença a diferentes classes sociais, ao género, à etnia, ao contexto social de vida (urbano ou rural), ao universo linguístico ou religioso de pertença, etc.

Em suma, a condição social da infância é simultaneamente homogénea, enquanto categoria social, por relação com as outras categorias geracionais, e heterogénea, por ser cruzada pelas outras categorias sociais. A análise da homogeneidade mobiliza um olhar macro-sociológico, atento às relações estruturais que compõem o sistema social e a análise da heterogeneidade convida à investigação interpretativa das singularidades e das diferenças com que se actualizam e “estruturam” (Giddens, 1984) as formas sociais.

---

<sup>1</sup> A obra de Ariès permanece envolta em grande controvérsia. Parece, em todo o caso, estabelecer-se algum consenso em torno da ideia de que se a modernidade não “descobriu a infância”, pelo menos construiu a infância moderna, razão suficiente para retermos da lição de Ariès a noção de construção histórica desta categoria social de tipo geracional.

<sup>2</sup> Sobre a questão da controvérsia dos limites etários da infância, cf. Sarmiento e Pinto, 1997.



A complexidade induzida pelas articulações dos factores de homogeneidade e de heterogeneidade da infância definem o que é específico da investigação sociológica. Dela resulta a consideração das crianças no quadro de relações sociais mais vastas, que induz características próprias para o estudo sociológico. O seu ponto de partida pode muito bem assentar naquilo que Prout e James consideram como os “aspectos-chave do paradigma” de investigação sociológica da infância:

“1) A infância é entendida como uma construção social. Como tal, isso indica um quadro interpretativo para a contextualização dos primeiros anos da vida humana. A infância, sendo distinta da imaturidade biológica, não é uma forma natural nem universal dos grupos humanos, mas aparece como uma componente estrutural e cultural específica de muitas sociedades.

2) A infância é uma variável da análise social. Ela não pode nunca ser inteiramente divorciada de outras variáveis como a classe social, o género ou a pertença étnica. A análise comparativa e multicultural revela uma variedade de infâncias, mais do que um fenómeno singular e universal.

3) As relações sociais estabelecidas pelas crianças e as suas culturas devem ser estudadas por seu próprio direito (“*in their own right*”) independentemente da perspectiva e dos conceitos dos adultos.

4) As crianças são e devem ser vistas como actores na construção e determinação das suas próprias vidas sociais, das vidas dos que as rodeiam e das sociedades em que vivem. As crianças não são os sujeitos passivos de estruturas e processos sociais.

5) Os métodos etnográficos são particularmente úteis para o estudo da infância. Eles transportam uma voz e participação mais directas na produção dos dados sociológicos do que é usualmente possível através de métodos experimentais de pesquisa ou do que inqueritos.

6) A infância é um fenómeno que revela agudamente a dupla hermenêutica das ciências sociais (Giddens). Quer isto dizer que proclamar um novo paradigma da sociologia da infância é também envolver-se no processo de reconstrução da infância na Sociedade.”

(Prout & James, 1990: 8-9)

Estes pontos, definidos há década e meia por Prout e James, amplamente referidos e citados no interior do campo, constituem um verdadeiro programa de trabalho para a disciplina e assumem um estatuto quase definitivo. No entanto, a sua revisão, reformulação e ampliação estão hoje na ordem do dia. Por esse motivo, convém sinalizar outros eixos programáticos, nomeadamente as teses de Qvortrup, sem prejuízo de voltarmos àquilo que nos parece constituir os pontos nodais ou de confluência do trabalho teórico da Sociologia da Infância, o que faremos mais adiante. Por agora, referiremos as 9 teses que Jans Qvortrup formulou como

síntese da interpretação da Sociologia da Infância sobre a infância como fenómeno social:

“Tese 1: A infância é uma forma particular e distinta de uma estrutura social da sociedade (...).

Tese2: A infância é, sociologicamente falando, não uma fase transitiva mas uma categoria social permanente (...).

Tese 3: A ideia da [essência] da criança enquanto tal é problemática, dado que a infância é uma categoria histórica e intercultural (...).

Tese 4: A infância é uma parte integrante da sociedade e da sua divisão de trabalho (...).

Tese 5: As crianças são elas próprias co-construtoras da infância e da sociedade (...).

Tese 6: A infância está em princípio exposta às mesmas forças macro-sociais que a adultez (e.g. forças económicas e institucionais), ainda de que uma forma particular (...)

Tese 7: A dependência estipulada das crianças tem consequências para a invisibilidade das crianças nas descrições históricas e sociais, bem como na sua consideração como beneficiárias do Estado Providência (...).

Tese 8: A ideologia familialista, não a parentalidade, constitui um obstáculo contra os interesses e o bem-estar das crianças (...).

Tese 9: A infância é uma clássica categoria minoritária, dado que é sujeita a tendências marginalizadoras e paternalistas.”  
(Qvortrup, 2001:223-232)

As teses apresentadas – formuladas pelo autor inicialmente em 1992, mas por ele consideradas como possuindo plena actualidade uma década depois – correspondem a um ponto de vista específico que as incorpora na corrente estrutural da Sociologia da Infância, como adiante veremos. A ênfase está colocada na dimensão estrutural, historicamente construída, da infância e da relação da categoria infância face à estrutura económica e social, à organização política e institucional da sociedade e aos efeitos estruturais das ideologias (nomeadamente o essencialismo a-histórico, característico segundo o autor do pensamento psicológico, quer o familialismo que opera por ocultação do lugar da criança e por legitimação da sua dependência no interior da família). Verifica-se, por

consequência, um contraste face ao construtivismo sociológico das proposições de Prout e James, filiados num paradigma da sociologia da acção, que assinalam e priorizam a dimensão da acção das crianças na construção dos seus mundos de vida (patente em apenas uma, a quinta, das teses de Qvortrup).

Mas o essencial do programa da nova Sociologia da infância está presente nos dois textos de enunciação programática que transcrevemos: o carácter não natural, mas histórico e social, da categoria infância; a diferenciação categorial da infância face à adultez, por um lado, e a outras categorias estruturais da sociedade (classe, género, etnia, etc.) por outro; uma certa ontologia social que demarca as concepções sociológicas das concepções biologizantes, desenvolvimentistas, individualistas e abstractizantes da noção de criança patente noutras áreas das ciências humanas e sociais (especialmente a Psicologia de tradição piagetiana); a consequência teórica, epistemológica e política de um trabalho de conceptualização da infância que toma as crianças e a infância a partir de seu próprio universo de referência. Esta base comum, porém, não oculta sentidos diferenciados no trabalho e nas escolas de pensamento dos autores.

### **Sociologia(s) da Infância – declinação no plural**

As Ciências Sociais não são um campo liso de geração de consenso. A controvérsia é-lhe co-inerente e esse é um dos seus traços definitórios. Por esse facto, é indispensável considerar as diferenças internas ao próprio campo da Sociologia da Infância. Essas diferenças tanto podem ser de ênfase, foco privilegiado, método ou problemáticas seleccionadas, como da escola de pensamento sociológico em que se filiam, ou seja, são diferenças que variam de tipo, intensidade e consequência. Abordaremos essas diferenças a partir de três factores de diferenciação: a tradição cultural e linguística do trabalho sociológico, a perspectiva paradigmática em que se situam os estudos sociológicos e o tipo de abordagem.

#### *Tradições linguístico-culturais*

A Sociologia da Infância de expressão anglo-saxónica<sup>3</sup> tem origens multifacetadas e plurais, ainda que se confesse igualmente devedora dos contributos historiográficos de Ariès (1973), entre outros. Ela é hoje um espaço de trabalho onde se cruzam sociólogos e outros cientistas sociais de diferente proveniência disciplinar. A

---

<sup>3</sup> Incluímos neste contexto linguístico investigadores que usualmente publicam em inglês, apesar da sua proveniência ser muito diversa, de escandinavos a alemães, de italianos a ingleses e americanos, etc.

Economia (e.g. Qvortrup, 1991), a Demografia (e.g. Saporiti, 1994; Sgritta, 1997), a Sociologia da Saúde (e.g. James & Prout, 1990), a Sociologia da Família (e.g. Alanen, 1990; Ambert, 1986), a Sociologia da Educação (e.g. Pollard, 1985; Corsaro, 1997); e a Sociologia Geral (e.g. Jenks, 1992); os estudos feministas (e.g. Oakley, 1980) são algumas das áreas disciplinares de maior contributo para a geração recente da Sociologia da Infância anglo-saxónica. Especialmente importante neste contexto linguístico foi o já referido trabalho coordenado por J. Qvortrup no Centro Europeu, em Viena, que deu origem à publicação de 16 relatórios nacionais sobre a situação da infância em vários países do mundo (entre os quais não se encontra Portugal) e ao texto de apresentação do projecto, da autoria do próprio Qvortrup (1991), que constitui uma obra referencial do novo impulso teórico da disciplina. De importância quase equivalente, podem referir-se os sucessivos trabalhos de síntese teórica e metodológica que têm vindo a ser publicados por diversos autores de referência (Adler e Adler, 1990; James & Prout, 1990; Qvortrup, 1994; James, Jenks e Prout, 1998; Corsaro, 1997; Bois-Raimond e Sunker, 2001; Boocook e Scott, 2006), O campo da Sociologia da Infância anglo-saxónica abrange praticamente todas as áreas de inscrição das crianças nos respectivos mundos sociais, da família (e.g. Brannen & O'Brien, 1996) às culturas de pares (Corsaro e Eder, 1997; Corsaro, 2003); das políticas públicas (e.g. James & James, 2004) à sociologia dos direitos (e.g. Archard, 1993 e 2003; Alderson, 2000; Mayall, 2002); das identidades sociais (e.g. James, 1993) à colonização pela indústria cultural (e.g. Steinberg & Kinchloe, 1997); do espaço urbano (e.g. Christensen & O'Brien, 2003)) às relações de género (e.g. Oakley, 1990); dos contextos de lazer e tempos livres (e.g. Sutton-Smith, 1986) ao trabalho infantil (e.g. Mitzen, Polé & Bolton, 2001)); dos media (e.g. Buchingham, 2000) ao corpo (Prout, 2000). Não deixa de ser paradoxal, apesar de tudo, a reduzida dimensão e importância que a Sociologia da Infância de expressão anglo-saxónica possui no que diz respeito à análise da instituição escolar e das práticas sociais das crianças na escola.

A Sociologia da Infância francófona é muito devedora, num primeiro momento, da historiografia contemporânea, e muito em especial da obra sobre a história da infância de P. Ariès (1973). Mais recentemente, a Sociologia da Infância francófona desenvolveu-se, em diálogo com aquelas obras historiográficas, a partir de trabalhos do âmbito da sociologia da família (cf. Singly, 2004), e, muito especialmente, do recentramento do trabalho de vários sociólogos da educação que, focados inicialmente na acção dos alunos, numa perspectiva interpretativa, vieram a desvelar progressivamente a criança como actor social antes da condição de aluno, contribuindo para a análise sociológica da infância no seu próprio terreno

(cf. Sirota, 1997). A Sociologia da Infância de expressão francesa nunca deixou, por consequência, de debater intensamente a condição social das crianças enquanto alunos, as práticas sociais nas escolas ou nas interações de pares no contexto escolar e as políticas públicas da educação escolar (e.g. Sirota, 1993; Montandon, 1997; Brougère & Rayna, 1998; Rayoux, 1999;). O grupo de sociólogos da infância, constituídos inicialmente no comité de pesquisa de Sociologia das Socializações da AISLF, tem uma dinâmica associativa intensa, publicando a sua primeira obra colectiva já em 2006 (Sirota, 2006). Um balanço sobre o estado-de-arte da Sociologia da Infância em língua francesa foi publicado na década anterior, no âmbito dos dois números temáticos de *Éducation et Sociétés* (1998 e 1999), revistas estas que constituem uma referência inaugural da nova Sociologia da Infância francófona. Comparativamente com a produção anglo-saxónica, a Sociologia da Infância francófona caracteriza-se por um diálogo mais intenso com a Sociologia Geral francesa (especialmente Alan Touraine, mas também P. Bourdieu), por uma abertura disciplinar à Psicanálise (e.g. Gavarini e Petit, 1998; Neyrand, 2000), à Psicologia Infanti e à Filosofia Política, nomeadamente a Alain Renaut (2002). Encontramos em algumas destas obras um diálogo interdisciplinar muito fecundo e por uma centração no domínio das práticas sociais das crianças, dos rituais e festas (Mollo-Bouvier, 1997; Sirota, 1999) ao jogo e à brincadeira (Delalande 2001; Brougère 2004); e das práticas sociais nas escolas (Rayoux, 1993), às relações sociais e de amizade (Montandon, 1996).

Em Portugal, o desenvolvimento da disciplina é ainda mais recente, à semelhança do que acontece, aliás, com todas as ciências sociais. Há, no entanto, uma especificidade: o desenvolvimento precoce (nas condições relativas em que de tal se pode falar no nosso país) da Sociologia da Juventude, com um importante fluxo teórico e com uma considerável produção empírica (e.g. Pais, 1993, 2001, 2003) não apenas não teve com contrapartida a expansão da investigação sociológica para a geração mais nova, como teve como efeito a atracção de uma parte dos sociólogos da educação, que seleccionaram prioritariamente como objecto de estudo os estudantes enquanto jovens. A emergência do campo internacional da Sociologia da Infância no nosso país é, por isso, tardia, podendo considerar-se o Congresso Internacional sobre os Mundos Culturais e Sociais da Infância, promovido pelo Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho (IEC) e realizado em Braga entre 19 e 22 de Janeiro de 2000, como o primeiro encontro de

investigadores portugueses com muitos dos principais sociólogos da infância de referência mundial (cf. Vários, 2000)<sup>4</sup>.

Não obstante, a Sociologia da Infância tem sofrido um notório desenvolvimento em Portugal nos últimos cinco anos, quer por efeito do “deslizamento” da investigação em áreas mais consolidadas como a Sociologia da Família, a Sociologia da Educação ou a Sociologia da Comunicação, quer a partir do trabalho original de jovens sociólogos. Referimo-nos a trabalhos como os de Ana Nunes de Almeida e outros sobre maus-tratos infantis (Almeida et al., 1999<sup>a</sup> e Almeida et al., 1999<sup>b</sup>), os relatórios de K. Wall sobre política de família (Wall, 1996), ou os trabalhos originários na equipa interdisciplinar do IEC, designadamente sobre a infância e a televisão (Pinto, 2000), o trabalho infantil (1998 e Sarmiento, Bandeira e Dores, 2000; Sarmiento, Silva e Costa, 2003), ou as políticas públicas da educação de infância (Vilarinho, 2000), a que acrescem textos de enquadramento das problemáticas da disciplina (especialmente: Pinto, 1997; Sarmiento e Pinto, 1997; Sarmiento e Cerisara, 2004; Tomás e Soares, 2004). Referimo-nos ainda aos trabalhos de levantamento documental e os estudos etnográficos das investigadoras da Universidade do Porto Cristina Rocha e Manuela Ferreira (1994) e Ferreira (2000 e 2004). Outros trabalhos sinalizam a construção das identidades sociais (Madeira, 2005; Saramago, 1994 e 2005), as crianças de rua (Sebastião (1995), as representações e práticas familiares (Seabra, 1999 e 2000), passando pela abordagem das representações infantis sobre direitos da criança (Soares, 2001, 2005), a análise do internamento das crianças em instituições judiciais, no âmbito de um diálogo interdisciplinar com a Sociologia da Justiça, (Tomás, 2000 e Pedroso e Fonseca, 2000), a investigação sobre trabalho infantil em contexto rural (Pinto (1998) ou as interações das crianças na Internet (Barra, 2004) .

Uma importante dimensão do campo da Sociologia da Infância em Portugal é a sua articulação com as políticas públicas, nomeadamente nos campos da educação e das políticas sociais<sup>5</sup>. Uma outra dimensão é a do diálogo intenso com os estudos da infância do Brasil, testemunhado em publicações conjuntas (e. g. Sarmiento e Cerisara, 2004).

O enquadramento linguístico, no entanto, é apenas um dos factores da declinação no plural da Sociologia da Infância. Um factor teórico e epistemológico é a afiliação paradigmática.

---

<sup>4</sup> Apesar da natureza interdisciplinar do Congresso, a Sociologia da Infância teve, como se deduz do seu tema, um papel central, tendo sido possível promover o contacto científico entre sociólogos portugueses e vários sociólogos da infância, nomeadamente Jens Qvortrup, David Buckingham, Cleopâtre Montadon, Regine Sirota, Catherine Rollet, além de muitos outros investigadores.

<sup>5</sup> Essa vinculação é patente em trabalhos de avaliação ou em estudos de fundamentação de políticas, sobretudo nas áreas dos maus-tratos às crianças, do trabalho infantil, ou das políticas educativas.

## *Paradigmas*

Seguiremos, para a arrumação dos paradigmas e perspectivas sociológicas sobre a infância, a proposta de classificação feita por William Corsaro.

Este sociólogo americano considera que é em torno do conceito de "reprodução" que ocorrem as principais fracturas no campo da Sociologia da Infância. Simplesmente, alarga o conceito de reprodução, da sua matriz originária de conservação e continuidade da estrutura social (nesta acepção, as crianças seriam envolvidas em instituições de reprodução social), para a reprodução *pelas* crianças dos mundos sociais dos adultos. Neste (duplo) sentido reprodução teria um âmbito estrutural e um âmbito geracional, coincidindo ambos no círculo concêntrico, ou na "teia" (Corsaro, 1997:25) em que se plasma o mundo social.

Em alternativa à reprodução passiva, Corsaro contrapõe a tese da "reprodução interpretativa", conceito que pode ser associado ao de "estruturação" de A. Giddens (1984), e que exprime a ideia de que as crianças, na sua interacção com os adultos, recebem continuamente estímulos para a integração social, sob a forma de crenças, valores, conhecimentos, disposições e pautas de conduta, que, ao invés de serem passivamente incorporados em saberes, comportamentos e atitudes, são transformados, gerando juízos, interpretações e condutas infantis que contribuem para configuração e transformação das formas sociais. Deste modo, não são apenas os adultos que intervêm junto das crianças, mas as crianças também intervêm junto dos adultos. As crianças não recebem apenas uma cultura constituída que lhes atribui um lugar e papéis sociais, mas operam transformações nessa cultura, seja sob a forma como a interpretam e integram, seja nos efeitos que nela produzem, a partir das suas próprias práticas (a arte contemporânea, por exemplo, ilustra bem os efeitos das expressões infantis integradas no imaginário colectivo).

A distinção operada por Corsaro leva-o a organizar as correntes sociológicas em dois grandes grupos: as teorias tradicionais da socialização e as teorias da "reprodução interpretativa". Estas teorias subdividem-se em várias correntes.

As teorias tradicionais da socialização assentam no conceito de "socialização" durkheimniano, a que associam no seu desenvolvimento outros conceitos, especialmente o de "*habitus*", formulado por Bourdieu (1972). A distinção fundamental no interior das teorias da socialização passa pela ênfase na determinação social das instâncias de socialização, ou, em alternativa, na defesa da possibilidade da condução do processo de socialização na acção social. No primeiro

caso encontra-se o modelo determinístico de socialização e no segundo caso o modelo construtivista.

O modelo determinístico exprime-se na corrente funcionalista, nos seus variados desenvolvimentos e matizes, e, assumindo uma faceta crítica, na teoria da reprodução, com a já referida relevância atribuída à inculcação do “*habitus*” como processo de reprodução social. Podemos ainda incluir nesta corrente, o contributo, a vários títulos decisivo para uma Sociologia da Infância, de M. Foucault relativamente às instâncias de inculcação de uma “disciplina” e à institucionalização da infância no âmbito da expansão dos processos simbólicos de controlo social e de exercício do poder (Foucault, 1993[1975]).

O modelo construtivista exprime-se na psicologia social de Piaget, com os desenvolvimentos ulteriores, nomeadamente na psicologia de Kohlberg, e assenta na ideia central da existência de etapas de desenvolvimento cognitivo e socio-moral que podem ser conduzidas e estimuladas pela acção dos adultos, sendo que essa condução induz à aquisição de competências sociais. Mais atenta aos contextos sociais e às suas fracturas e fontes de estratificação, Vigotski (1979) enfatiza o papel das crianças na aquisição da sua cultura social de pertença, através da internalização dos valores sociais e do desenvolvimento das capacidades linguísticas, com incorporação dos elementos simbólicos plasmados na linguagem. O modelo construtivista, apesar de considerar o papel das crianças na reprodução social não analisa adequadamente as crianças enquanto co-construtoras das realidades sociais.

Em contrapartida, as teorias que W. Corsaro (1997) inclui no quadro da “reprodução interpretativa” têm como pedra de toque a tese de que as crianças participam colectivamente na sociedade e são dela sujeitos activos e não meramente passivos. É nessas teorias que conflui a nova Sociologia da Infância. Entre elas teorias podemos, igualmente, encontrar duas correntes: a estrutural e a construtivista. Caracterizaremos uma e outra na rubrica seguinte.

### *Correntes*

Os paradigmas são uma forma de ar“arrumação” teórica pouco fiel a uma realizada teórica que se caracteriza predominantemente pela sua natureza transparadigmática. Preferimos por isso, classificar as diferentes orientações como “correntes” ou “abordagens”, atribuindo a estes termos ambivalentes o sentido de afinidades conceptuais, temáticas e metodológicas. As correntes e abordagens correspondem, mais do que a opções epistemológicas distintas, intenções analíticas



que se caracterizam por determinadas preferências por problemáticas próprias e por orientações metodológicas predominantes (as quais são também suscitadas pela natureza das temáticas escolhidas). Nesse sentido, no interior de cada “corrente” encontrar-se-á não propriamente a coerência teórica ou a unidade paradigmática (ainda que cada paradigma suscite porventura opções temáticas e metodológicas preferenciais), mas um campo empírico distinto, “estilos” de investigação e temáticas diferenciadas.

Uma tipologia possível de análise de tipos de abordagem que segue esta orientação é proposta pelos sociólogos alemães Hengst e Zeiher (2004). Para os autores, o campo da Sociologia da Infância poderá ser configurado por: 1- estudos micro-sociológicos e etnográficos – caracterizados pela assunção nuclear do agir autónomo e competente da criança e assente em trabalhos etnográficos e observacionais; 2- estudos de sociologia desconstrucionista – caracterizados pelo trabalho analítico sobre as imagens e normas sociais da infância e integrado por correntes como o construcionismo social, a análise discursiva e o desconstrucionismo; 3- estudos sociológicos da infância como estrutura social, centrados nos aspectos políticos, económicos, demográficos e geográficos da infância.

Ainda que se possam configurar distintamente, os estudos desconstrucionistas estão frequentemente imbricados com os estudos estruturais e micro-sociológicos, sendo a desconstrução da norma social da infância operada na análise do material empírico etnograficamente elaborado ou na análise sócio-histórica. Por esse motivo, parece-nos mais útil a distinção entre estudos estruturais, interpretativos e de intervenção. Esta distinção é intencionalizada por uma preocupação analítica mas não se sustenta na suposição da irredutibilidade dos seus termos; com efeito, há trabalhos de fronteira que cruzam dois ou mesmo os três tipos de abordagem que se identificam de seguida.

#### Estudos estruturais

A primeira corrente, de feição estrutural (não confundir com o “estruturalismo” ou “estruturo-funcionalismo”), procura pôr em relevo as condições estruturais em que a infância se situa e em que ocorrem as suas possibilidades de acção. As perspectivas estruturais colocam a ênfase na infância como categoria geracional e procuram, numa perspectiva predominantemente macro-estrutural, compreender como é que a infância se relaciona, diacrónica e sincronicamente, com as outras categorias geracionais, considerando indicadores predominantemente demográficos, económicos e sociais, e de que modo essas relações afectam as

estruturas sociais, globalmente consideradas. Por exemplo, um aspecto central da abordagem da corrente estrutural afecta a percepção do modo como as mudanças demográficas, e em particular a diminuição do número de crianças no Ocidente, têm efeito na construção das políticas do Estado-Providência, em consequência da não renovação das gerações (cf. Qvortrup, 2000). A categoria social infância mantém-se independentemente dos membros concretos que a constituem em cada momento histórico (as crianças, como indivíduos), ainda que varie em consequência das mudanças na estrutura da sociedade e nos seus modos de articulação simbólica. Os estudos extensivos, com recurso a métodos estatísticos, e os estudos documentais ocupam nesta corrente uma importância central.

São temas privilegiados por esta corrente o estudo (desconstrucionista) das imagens históricas da infância, as políticas públicas, a demografia e a economia, os direitos e a cidadania (e.g. Qvortrup, 1991, 1995, 2000; Sgritta, 1997; Hammarberg, 2000 ; Archard, 1993, 2003)

#### Estudos interpretativos

Para esta corrente, as crianças integram uma categoria social, a infância, mas constroem processos de subjectivação no quadro da construção simbólica dos seus mundos de vida, estabelecendo com os adultos interacções que as levam a reproduzir as culturas sociais e a recriá-las nas interacções de pares. Nesta abordagem é central o conceito de Corsaro (1997) de "reprodução interpretativa": capacidade de interpretação e transformação que as crianças têm da herança cultural transmitida pelos adultos.

Os trabalhos empíricos são constituídos predominantemente por estudos etnográficos, por estudos de caso e por outros estudos qualitativos.

São temas privilegiados a desconstrução do imaginário social sobre a infância, acção social das crianças (agency), as interacções intra e intergeracionais, as culturas da infância, as crianças no interior das instituições, as crianças no espaço urbano, as crianças, os media e as TIC; o jogo, o lazer e a cultura lúdica (e.g. James & Prout, 1990; Corsaro, 1997; James, Jenks & Prout, 1998;)

#### Estudos de intervenção

Para esta corrente, a concepção de que a infância é, simultaneamente, uma construção histórica, um grupo social oprimido e uma "condição social" - grupo que vive condições especiais de exclusão social - é central. A inscrição no paradigma

crítico é dominante. Do ponto de vista desta corrente, a Sociologia da Infância só poderá consumir as suas finalidades se contribuir para a emancipação social da infância. A vinculação do trabalho investigativo e analítico é associado a formas de intervenção, seja através de estudos aplicados, seja, de modo indirecto, em trabalhos com um sentido programático e com intencionalidade política. Decorre daí a opção por estudos de investigação acção ou de investigação participativa. A articulação com estudos feministas encontra aqui também alguma expressão. Importa referir que o programa de emancipação enunciado pode estar centrado ou não exclusivamente na infância, envolvendo ou não outras condições sociais (mulheres, grupos étnicos, camadas populares, etc.)

Os temas privilegiados são a dominação cultural, a dominação patriarcal e de género, os maus-tratos à infância, as políticas públicas para a infância, a infância e os movimentos sociais (e.g. Sephens, 1995; Liebel, 2000; Alanen e Mayal, 2001)

### **Pontos de confluência teórica**

As diferentes correntes, abordagens e teorias presentes na Sociologia da Infância confluem, num conjunto de aspectos que constituem *marcadores* do campo teórico. Linhas que assinalam a especificidade de uma reflexão teórica sobre a infância, ainda que algumas dessas linhas não sejam exclusivas, isto é, sejam de algum modo comuns a outros campos disciplinares (especialmente a Antropologia da Infância, a Psicologia ou a Sociologia da Educação) e sejam diferenciadamente enfatizadas pelas diversas abordagens. É o conjunto desses pontos que estabelece as bases conceptuais da disciplina, e eles constituem a súpula dos contributos teóricos produzidos. Apesar de confluentes, a partir deles estabelecem-se linhas de fuga, que assinalam a heterogeneidade do campo e definem as rupturas teóricas entre paradigmas, teorias e abordagens. A apresentação destes pontos de confluência teórica de um modo articulado e sintético, sob a forma de 10 proposições, não pretende, por consequência, apresentar sob uma forma plana um campo teórico que tem relevo e densidade, mas cujo debate interno se realiza, largamente, por referência a estas bases conceptuais. Em cada proposição sublinharemos em caracteres *bold* as palavras-chave que entendemos poderem constituir o léxico constante de um glossário de base da disciplina.

1. *A infância deve ser estudada em si própria* (ou a partir do seu próprio campo), independentemente da delimitação dos objectos teóricos construídos pela ciência "adulta", isto é, tomando como ponto de partida aquilo que é distintivo no

grupo geracional da infância face a outros grupos geracionais (por exemplo, a configuração histórica das ideias e **imagens sociais da infância** – formas relativamente estabilizadas que em cada época constituem pontos de configuração da interpretação social sobre o que é uma criança, o que lhe é devido fazer e o que lhe é interdito, e o sentido das suas relações com os adultos; estatuto social; relação face ao poder de Estado, etc.) e assumindo a autonomia analítica da acção social das crianças (e não dos adultos sobre as crianças). Isso implica o corte com o **adultocentrismo**, isto é, a perspectiva analítica que estuda as crianças a partir do entendimento adulto, das expectativas dos adultos face às crianças ou da experiência do adulto face à sua própria infância.

2. *A infância é uma categoria geracional que necessita de ser estudada de modo a articular os elementos de homogeneidade* (características comuns a todas as crianças, independentemente da sua origem social: estatuto social como grupo etário dependente dos adultos; estatuto político idêntico com inibição de direitos eleitorais até aos 16/18 anos; interdições e obrigações geracionais - proibição de trabalhar, de casar ou de consumir bebidas alcoólicas e obrigação de frequência escolar; características macro-estruturais comuns, como a demografia, políticas públicas direccionadas para as crianças, mercado de produtos para a infância, etc.) *com os elementos de heterogeneidade*, inerentes ao facto das crianças serem também desigualmente distribuídas pelas diferentes categoriais sociais (classe social, género, etnia, subgrupos etários).

3. *O conceito de **geração** é central na configuração sociológica da infância*, porque permite resgatar, quer no plano da análise de estrutura social, quer no plano da análise da acção social das crianças, aquilo que é distintivo. O conceito de geração necessita de ser articulado nas suas várias dimensões: 1º, como conceito que refere um grupo social constituído, intemporalmente, por indivíduos do mesmo escalão etário (ainda que as barreiras inicial e, sobretudo, final desse escalão sejam temporal e espacialmente flexíveis); 2º, como conceito que compreende, no plano histórico, um grupo de pessoas do mesmo escalão etário que viveu uma experiência semelhante (por exemplo: as crianças nascidas na segunda metade da década de 30 e na primeira metade da década de 40 na Europa são marcadas pela experiência da 2ª guerra mundial, tal como as crianças que nasceram na 2º metade dos anos 60 e primeira metade dos anos 70 viveram debaixo das convulsões das reformas sociais e dos costumes então em curso – e em Portugal, a revolução democrática; -, bem como as crianças da última década do século XX são marcadas pela disseminação das tecnologias de informação de massas - computadores, telemóveis, Internet, etc.); 3º, como conceito que compreende a diferença da experiência de um grupo etário, formado em condições históricas precisas, ao longo

do seu trajecto de vida (as crianças actuais têm uma experiência de relação com os seus pais, diferente da que estes tiveram com os deles, considerando precisamente a diferença da experiência histórica, mesmo se permanecem as relações entre crianças e pais, na *durée* - dimensão abstracta que se refere à longa duração do tempo histórico, onde as variações tendem a diluir-se face às constantes históricas; por exemplo, a dominação paternalista, na longa duração, dilui as formas mais ou menos autoritárias e mesmo formas mais ou menos violentas de relação intergeracional, e permanece, no essencial, muito pouco alterada).

4. A **construção social** da infância, historicamente consolidada, realizou-se segundo o princípio da **negatividade** - conceito que diz respeito ao processo social de negação de determinadas características ou condições de um grupo, categoria ou aspecto da sociedade; as crianças foram pensadas e reguladas, a partir da modernidade, tomando por base um conjunto de interdições e de prescrições que sucessivamente negam acções, capacidades ou poderes às crianças, com base na suposta incompetência das crianças: a criança é o que *não* vota, *nem* pode ser eleito; o que *não* sabe e por isso tem de estudar; *não* é responsável e por isso é *inimputável*; *não* se pode casar; *não* paga impostos; *não* trabalha; *não* frequenta espaços onde se vendem bebidas alcoólicas; *não* participa em negócios, etc. Em contraposição com isto, a Sociologia da Infância estrutura-se em torno da ideia ou paradigma da **competência infantil** (Hutchby e Moran-Elis, 1998), isto é todas as crianças são competentes no que fazem, considerando a sua experiência e as suas oportunidades de vida, sendo que as suas áreas de competência são distintas das áreas de competência adulta.

5. A *infância não é uma idade de transição* - a menos que consideremos que todas as idades são de transição, no sentido em que nelas se percorre uma parte do percurso de vida de cada ser humano - mas uma condição social que corresponde a uma fase etária com características distintas, em cada momento histórico, de outras fases etárias. As crianças são actores sociais competentes, com características próprias, que se exprimem na **alteridade geracional** (diferença relativa face às outras gerações, no que respeita ao estatuto social e aos elementos simbólicos configuradores do grupo geracional). É da ordem da diferença e não da grandeza, incompletude ou imperfeição, que a Sociologia da Infância trata quando estabelece a distinção face aos adultos. Nesse sentido, a Sociologia da infância é crítica da tradição piagetiana da Psicologia do Desenvolvimento. E mesmo da ideia de desenvolvimento, como expressão de uma visão teleológica, linear e estratificada em etapas do percurso ou itinerário de vida de cada ser humano (Burman, 1994)

6. *As condições de vida das crianças necessitam, igualmente, de ser estudadas considerando a especificidade da infância perante as esferas sociais da produção e da cidadania, isto é, a divisão social do trabalho, a repartição da riqueza, as práticas de consumo, por um lado e a organização política, os direitos de participação eleitoral e as estruturas de poder e autoridade na comunidade, em geral, por outro. Os indicadores estatísticos normalmente invisibilizam a infância, por não tratarem separadamente os grupos geracionais (Saporiti, 1994). No entanto, sendo as crianças desigualmente afectadas (considerando a heterogeneidade da infância), a categoria geracional infância é a que é mais afectada globalmente por factores estruturais como a desigualdade social, os conflitos bélicos, as carências das políticas sociais e os efeitos a curto e longo prazo dos problemas sociais e ambientais.*

7. *As crianças são produtores culturais. As **culturas da infância** (Corsaro, 1997, 2003; Delalande, 2001; Sarmiento, 2004) exprimem os modos diferenciados através dos quais as crianças interpretam, simbolizam e comunicam as suas percepções do mundo, interagem com outras crianças e com os adultos e desenvolvem a sua acção no espaço público e privado. As culturas da infância são geradas nas interacções de pares e no contacto com os adultos. Espelham as diferenças culturais e são por isso declináveis no plural: é de multiculturalidade que se trata, na verdade. No entanto, as culturas da infância não são a reprodução mais ou menos fiel das culturas adultas; tão pouco são culturas adultas diminuídas, imperfeitas ou miniaturizadas. A diferença das culturas da infância decorre do modo específico como as crianças, como seres biopsicosociais com características próprias, simbolizam o mundo, nomeadamente pela conjugação que fazem de processos e dimensões como o jogo, a fantasia, a referência face aos outros e a circularidade temporal.*

8. *As instituições para crianças configuram em larga medida o "**ofício de criança**" (Chamboredon e Prévot, 1982; Sirota, 1993;), isto é o modo "normalizado" do desempenho social das crianças. As instituições desenvolvem processos de **socialização vertical**, isto é, de transmissão de normas, valores, ideias e crenças sociais dos adultos às gerações mais jovens. Como tal, elas são normalmente adultocentradas, correspondem a espaços de desempenho profissional adulto (professores, pediatras, psicólogos, assistentes sociais, etc.), exprimem modos mais autoritários ou mais doces de dominação adulta e criam rotinas, temporizações e práticas colectivas conformadas pela e na cultura adulta (Christensen, 2002). Especialmente significativo no trabalho institucional é o papel da escola e o trabalho pedagógico que "inventou o aluno" (Gimeno-Sacristan, 2003) e "institucionalizou a infância" (Ramirez, 1991) Mas as instituições são*

também preenchidas pela acção das crianças, seja de forma directa e participativa seja de modo intersticial - isto é, seja através de um **protagonismo infantil** (com acção influente), seja como modo de resistência, nos espaços ocultos ou libertados da influência adulta – no decurso da qual se realizam processos de **socialização horizontal** (comunicação intrageracional, no âmbito das relações de pares.) e se exprime a “ordem social das crianças” (Ferreira, 2004).

9. *As mutações da modernidade têm implicações nas condições de vida das crianças e no estatuto social da infância.* As crianças exprimem fortemente as mudanças sociais, quer porque as recebem sob a forma de condições sociais e culturais de existência em transformação, quer porque elas próprias mudam, enquanto actores sociais contextualmente inseridos. As crianças também interpretam as mudanças e posicionam-se perante elas. As mudanças radicam nas transformações mais profundas da sociedade contemporânea: emergência da “sociedade de risco” (Beck, 1992), pela globalização hegemónica (Santos, 2000), com inerentes alterações culturais e tecnológicas e, sobretudo, agravamento das desigualdades sociais, incremento dos factores de desprotecção e desenvolvimento dos dispositivos de influência da indústria cultural para crianças (Steinberg e Kinchloe, 1997). Contra a tese conservadora da “morte da infância” (Postman, 1983), que considera a adultização das crianças destruidora das características distintivas que a infância supostamente adquiriu na modernidade – inocência e protecção face ao mundo de vida dos adultos – a Sociologia da Infância promove o entendimento de que as transformações e mudanças sociais não levam ao desaparecimento da infância, mas promovem transformações estruturais e simbólicas nas condições de vida e nas culturas da infância (Buckingham, 2000). A interpretação dessas mudanças, para além de um desafio teórico, envolve a Sociologia da Infância num projecto social mais amplo de promoção dos direitos de cidadania da infância.

10. *A Sociologia da Infância só poderá desenvolver-se se for capaz de se articular com um programa em renovação na própria Sociologia* (Prout, 2005), capaz de dar conta das transformações sociais e da “mudança paradigmática” (Santos, 2000), em curso, de superar as dicotomias sociológicas tradicionais (estrutura/acção; sociedade/individuo) e de articular o estudo das crianças como indivíduos sociais (Lahire, 2004) com a influência das estruturas sociais (em processo contínuo de reestruturação) na configuração da categoria geracional infância. A Sociologia da Infância necessita de dar conta do “declínio do programa institucional” (Dubet, 2002), com os processos contemporâneos de subjectivação. A

Sociologia da Infância carece de esbater as suas barreiras disciplinares, constituir-se, também, como uma sociologia da construção discursiva da infância, nomeadamente do discurso psicológico e psicanalítico da infância (Neyrand, 2000), e ampliar-se através do trabalho interdisciplinar capaz de compreender as redes simbólicas de articulação da infância. Finalmente, a Sociologia da Infância só poderá concretizar o seu programa científico se assumir a **participação** da criança (exercício efectivo da decisão no espaço individual e colectivo) como referente, a um tempo, social e metodológico (Alderson, 1995), se tomar a criança como sujeito de conhecimento e se fizer de si própria uma verdadeira Sociologia: isto é, a ciência que busca o conhecimento dos factos sociais, *através das e com as* crianças.

## **Conclusão**

A Sociologia da Infância nos seus desenvolvimentos recentes propôs-se colocar a infância no centro da reflexão das Ciências Sociais. Fê-lo porque a condição social da infância é, em qualquer sociedade, bem expressiva da realidade social no seu conjunto – de algum modo, as sociedades são aquilo que propõe como possibilidades de vida, no presente e para o futuro, às suas crianças. Deste modo, o trabalho teórico e analítico sobre a infância é também uma forma de conhecer a sociedade. E porque o conhecimento sociológico não é nunca indiferente aos efeitos que a *reflexividade* imprime às condições sociais e às realidades institucionais, a Sociologia da Infância não saberá realizar-se enquanto área de conhecimento senão como um saber implicado na emancipação das crianças dos processos simbólicos e políticos de dominação.

O desenvolvimento da Sociologia da Infância estabelece-se, deste modo, num duplo patamar: como ciência social e campo de aplicação da Sociologia no diálogo duplamente fecundante com o trabalho teórico e analítico que se encontra em curso neste campo científico; como estudo implicado dos mundos sociais e culturais da infância, como espaço teórico de diálogo interdisciplinar com todas as ciências que tomam o conhecimento das crianças como seu objectivo científico. No primeiro caso, a Sociologia da Infância não poderá deixar de realizar o trabalho de *reflexividade reflexa* que Bourdieu (1997) propunha como modo de construção de um conhecimento não escolástico. É essa reflexividade que permite pensar nos desenvolvimentos próximos futuros da Sociologia da Infância, para além das dicotomias (criança/adulto; cultura/biologia; estrutura/acção; indivíduo/grupo geracional) com que inicialmente se constituiu (Prout, 2005). No segundo caso,



como componente estruturante do campo interdisciplinar dos *Estudos da Infância* que está em plena constituição.

Mais Sociologia e uma Infância melhor compreendida e socialmente emancipada - as correntes e confluências da Sociologia da Infância encontram por aqui o seu percurso.

## Referências

- Adler, P. e P. Adler, P. (1990) (Ed.) *Sociological Studies of Child Development*.
- Alanen, Leena (1990). "Rethinking Socialization, the Family and Childhood" In P. Adler e P. Adler (Ed.) *Sociological Studies of Child Development*. Vol. 3: 13-28.
- Alanen, Leena and Mayall, Berry (eds) (2001). *Conceptualizing Child-Adult Relations*. London: Routledge.
- Alderson, P. (1995). *Listening to children: children, ethics and social research*. Essex: Barnardos.
- Alderson, Priscilla (2000). *Young children's rights: exploring beliefs, principles and practice*. London: JKP.
- Almeida, Ana Nunes et al. (1999a). *Famílias e maus tratos às crianças em Portugal: relatório final*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais. Centro de Estudos Judiciários.
- Almeida, Ana Nunes et al. (1999b). Sombras e marcas: os maus-tratos às crianças na família. *Análise Social*, Vol. XXXIV, nº 150:91-121.
- Ambert, Anne-Marie. (1986). Sociology of sociology: the place of children in North American sociology. In P. Adler & P. Adler (Ed.) *Sociological Studies of child development*. Vol. 1: 11-33. London. Jai Press
- Annan, Kofi A. (2001). *We the Children. Meeting the Promises of the World Summit for Children*. Nova Iorque: UNICEF.
- Archard, David William (1993), *Children, Rights and Childhood*. London. Routledge
- Archard, David William. (2003). *Children, Family and the State*. Aldershot. Ashgate
- Ariès, Philippe (1973). *L'Enfant et la Vie Familiale sous l'Ancien Régime*. Paris. Seuil. (1<sup>o</sup> Ed.:1960).
- Barra, Marlene (2004). *Infância e Internet: Interações na Rede*. Azeitão. Autonomia27
- Beck, Ulrich (1992). *Risk society : towards a new modernity*. London. Sage.
- Becker, Howard S. (1973). *Outsiders : studies in the sociology of deviance*. New York. The Free Press
- Berger, Peter L. & Luckmann, Thomas (1973). *A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento*. Petrópolis. Vozes (trad. port.)
- Bois-Reymond, Manuela & Sunker, Heinz (2001). *Childhood in Europe. Approaches, Trends, Findings*. New York. Peter Lang Pub.
- Boocock, Sarane Spence & Scott, Kimberly Ann (2006). *Kids in Context. The Sociological Study of Children and Childhoods*. Lanham. Rowmam & Littlefiled Pub.
- Bourdieu, Pierre & Passeron, Jean-Claude (1970). *La Reproduction: Eléments pour une théorie du système d'enseignement*. Paris. Minuit.
- Bourdieu, Pierre (1972). *Esquisses d'une Théorie de la Pratique - précède de trois études d'ethnologie kabyle..* Ed. Droz. Genève.
- Bourdieu, Pierre (1997). *Méditations Pascaliennes*. Paris. Editions du Seuil
- Brannen, Julia e O'Brien, Margaret (Ed.) (1996). *Children in Families. Research and Policy*. London. The Falmer Press.
- Brogère, Gilles & Rayna, Sylvie (1998). *Culture, Enfance et Éducation préscolaire*. Paris. Université de Paris Nord & INRP
- Brogère, Gilles (2004). *Brinquedos e Companhia* São Paulo. Cortez.
- Buckingham, David (2000). *After the Death of Childhood. Growing up in the age of electronic media*. Cambridge. Polity Press.
- Burman, Erica (1994). *Deconstructing Development Psychology*. New York. Plenum
- Calhoun, Craig; Rojek, Chris & Turner, Bryan (ed) (2005). *The Sage Handbook of Sociology*. London. Sage.

- Catarina Tomás e Natália Fernandes Soares (2004). Infância, Protagonismo e Cidadania: contributos para uma análise sociológica da cidadania da infância. *Revista Fórum Sociológico*. IEDS/UNL, n.º11/12, 349-361
- Chamboredon, J.C. e Prévot, J. (1982), O Ofício de Criança, in S. Grácio e S. Stoer, *Sociologia da Educação II. Antologia - A Construção Social das Práticas Educativas*, Lisboa, Livros Horizonte (51-77)
- Chassagne, Serge (1998), "Le Travail des Enfants aux xvii<sup>o</sup> et xix<sup>o</sup> siècles", in D'E. Becci e D. Julia (org.), *Histoire de l'Enfance en Occident*, Vol II, Paris, Seuil (224-272)
- Christensen, Pia & O'Brien, Margaret (ed.) (2003), *Children in the City. Home, Neighbourhood and Community*. London. RoutledgeFalmer
- Christensen, Pia Haudrup (2002). Why More 'Quality Time' is not on the Top of Children's Lists : the 'Qualities of Time' for Children. *Children & Society*, vol. 16 : 77-88.
- Conley, Dalton (2005). "Poverty and Life Chances: The Conceptualization and Study of the Poor", in Calhoun, Rojek & Turner (ed.), *The Sage Handbook of Sociology*. London. Sage
- Corsaro, William A. & Eder, David (1990). Children's peer cultures. *Annual Review of Sociology*, 16: 197-220.
- Corsaro, William A. (1997). *The Sociology of Childhood*. Thousand Oaks. Pine Forge Press.
- Corsaro, William A. (2003). *We're Friends, Right? Inside Kid's Culture*. Washington. Joseph Henry Press
- Delalande, Julie (2001). *La Cour de la Récréation. Contribution à une anthropologie de l'enfance*. Rennes. Presses Universitaires de Rennes.
- Dubet, François (2002). *Le Déclin de L'Institution*. Paris: Seuil.
- Éducation et Sociétés* (1998). Numero temático: Sociologie de l'Énfance 1. N° 2.
- Éducation et Sociétés* (1998). Numero temático: Sociologie de l'Énfance 2. N° 3.
- Ferreira, Maria Manuela (2000). *Salvar Corpos, Forjar a Razão. Contributo para uma Análise da Criança e da Infância como construção Social em Portugal*. Lisboa. Instituto de Inovação Educacional.
- Ferreira, Maria Manuela (2004). "A Gente Aqui o que Gosta Mais é de Brincar com os Outros Meninos" – *As Relações Sociais num Jardim da Infância*. Porto. Afrontamento.
- Foucault, Michel (1993). *Vigiar e Punir*. Petrópolis. Vozes. (Trad. port.; ed. orig.: 1975).
- Gavarini, Laurence & Petitot, Françoise (1998). *La Fabrique de l'Enfant Maltraité. Un Nouveau Regard sur l'enfant et la Famille*. Ramonville Saint-Agne. Ères.
- Giddens, Anthony (1984). *The Constitution of Society. Outline of the Theory of Structuration*. Cambridge. Polity Press.
- Gimeno-Sacristán, J. (2003). *El alumno como invención*. Madrid. Morata
- Hammarberg, Thomas (2000). The UN Convention on the Rights of the Child – and how to make it work. *Human Rights Quarterly*, 12: 97-100.
- Hengst, Heinz & Zeiher, Helga (2004). *Per una Sociologia dell'infanzia*. Milano. FrancoAngeli
- Hutchby, I. and Moran-Ellis, J. (1998). *Children and Social Competence: arenas of action*. London: Falmer Press.
- James, Alison (1993). *Childhood Identities*. Edinburgh. Edinburgh University Press
- James, Allison & James, Adrian L. (2004). *Constructing Childhood. Theory, Policy and Social Practice*. Basingstoke. Palgrave Macmillan
- James, Allison & Prout, Alan (Ed.) (1990). *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*. (7-34). London. The Falmer Press.
- James, Allison; Jenks, Chris y Prout, Alan (1998). *Theorizing Childhood*. Cambridge. Polity Press.
- Javeau, Claude (2005). Criança, Infância(s), Crianças : Que objectivo dar a uma ciência social da Infância. *Educação e Sociedade*, vol. 26, nº91: 379-389.

- Jenks, Chris (1996). *Childhood*. London. Routledge
- Jenks, Chris (Ed.) (1992). *The Sociology of Childhood. Essential Readings*. Brookfield. Gregg Revivals. (2ª ed.)
- Kenway, Jane & Bullen, Elisabeth (2001). *Consuming Children: Education – Entertainment – Advertising*. Buckingham. Open University Press
- Lahire, Bernard (2004). *La Culture des Individus: Dissonances culturelles et distinction de soi*. Paris. La Découverte
- Lahire, Bernard (2005). *L'Esprit Sociologique*. Paris. Éditions la Découverte
- Lee, Nick (2001). *Childhood and Society. Growing Up in an Age of Uncertainty*. Maidenhead. Open University Press
- Liebel, Manfred (2000). *La Otra Infancia: Niñez Trabajadora y Accion Social*. Lima: Ifejant
- Madeira, Rosa (2005). A infância que se reconstrói como legado e como lugar de significação de trajetórias de vida. *Perspectiva*. Revista do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina, vol. 23: 79-113
- Mayal, Berry (2002). *Towards a Sociology for Childhood. Tinking from children's lives*. Buckingham. Open University Press.
- Mead, Margaret (1970). *O Conflito de Gerações*. Lisboa. Publicações D. Quixote (trad.)
- Mitzen, P., Pole, C. & Bolton, A. (2001). *Hidden Hands: International Perspectives on Childre's Work and Labour*. London. Falmer/Routledge.
- Mollo-Bouvier, Suzanne (1998). Les rites, les temps et la socialisation des enfants. *Éducation et Sociétés*. N°2: 73-89.
- Mollo-Bouvier, Suzanne (2005). Transformação dos Modos de Socialização das Crianças: uma abordagem sociológica. *Educação e Sociedade*, vol. 26, nº91: 391-403
- Montandon, Cléopatre (1996). Processus de socialisation et vécu émotionnel des enfants. *Revue Française de Sociologie*, xxxvii :263-285.
- Montandon, Cléopatre (1997). *L'Éducation du Point de Vue des Enfants*. Paris. L'Harmattan
- Neyrand, Gérard (2000). *L'Enfant. La Mère et la Question du Père. Un Bilan Critique de l'Évolution des Savoirs sur la Petite Enfance*. Paris. PUF.
- Oakley, Anne (1980). *Towards a Sociology of Childhood*. New York. Schochen Books
- Pais, José Machado (1993). *Culturas Juvenis*. Lisboa. Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Pais, José Machado (2003). *Ganchos, tachos e biscates: jovens, trabalho e futuro*. Porto. Ambar.
- Pais, José Machado (coord.) (2001). *Traços e Riscos de Vida: uma abordagem qualitativa a modos de vida juvenis*. Porto. Ambar.
- Parsons, Talcott & Bales, R.F. (1955). *Family, Socialization and Interaction Process*. New York. The Free Press.
- Pedroso, João e Fonseca, Graça (2000). A Justiça de Menores entre o risco e o crime: uma passagem...para que margem?. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 55: 131-165.
- Pinto, Graça Alves (1998). *O Trabalho das Crianças. De Pequenino é que se Torce o Pepino (e o Destino)*. Oeiras: Celta Editora.
- Pinto, Manuel (1997). "A Infância como construção social" In M. Pinto e M. J. Sarmiento, (Org.) *As Crianças: Contextos e Identidades*. (31-73). Braga. Centro de Estudos da Criança da Universidade do Minho.
- Pinto, Manuel (2000). *A Televisão no Quotidiano das Crianças*. Porto. Afrontamento
- Plaisance, Eric (2004). Para uma Sociologia da Pequena infância. *Educação e Sociedade*, vol. 25, nº86: 221-241
- Plaisance, Eric. (2005). Denominações da infância: do anormal ao deficiente. *Educação e Sociedade* vol.26, no.91, p.405-417
- Pollard, Andrew (1985). *The Social World of the Primary School*. London. Cassel Education.

- Postman, Neil (1983). *The Disappearance of Childhood*. Penguin. London
- Prout, Alan & James, Allison (1990). "A new paradigm for the Sociology of childhood? Provenance, Promise and Problems" In A. James & A. Prout (Ed.) *Constructing and Reconstructing Childhood: Contemporary Issues in the Sociological Study of Childhood*. (7-34). London. The Falmer Press.
- Prout, Alan (2000). Children's Participation: Control and Self-realisation in British Late Modernity. *Children y Society*, vol. 14: 304-315.
- Prout, Alan (2005). *The Future of Childhood*. London. Routledge Falmer.
- Prout, Alan (Ed.)(2000). *The Body, Childhood and Society*. London. MacMillan Press.
- Qvortrup, Jens (1991). *Childhood as a Social Phenomenon - An Introduction to a Series of National Reports*. Eurosocial - Report 36/1991. Vienne European Centre
- Qvortrup, Jens (1994) 'Childhood Matters: An Introduction', in Jens Qvortrup, Marjatta Bardy, Giovanni Sgritta and Helmut Wintersberger (eds) *Childhood Matters: Social Theory Practice and Politics*. Aldershot: Avebury.
- Qvortrup, Jens (1995). "Childhood in Europe: a New Field of Social Research", in Lynne Chisholm et al. (Ed.), *Growing Up in Europe. Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies*. (7-21). Berlin/ New York. Walter de Gruyter.
- Qvortrup, Jens (2000). "Generations – an important category in sociological research", in Vários, *Actas do Congresso Internacional dos Mundos Sociais e Culturais da Infância*. IIº Vol: 102-113
- Qvortrup, Jens (2001). "Childhood as a Social Phenomenon Revisited" in M. Bois-Reymond, & H. Sunker, *Childhood in Europe. Approaches, Trends, Findings*. New York. Peter Lang Pub. (215-241)
- Qvortrup, Jens et al. (Ed.) (1994), *Childhood Matters*. Aldershot. Avebury.
- Ramirez, Francisco O. (1991). Reconstitución de la infância. Extensión de la condición de persona y ciudadano. *Revista de Educación*. 294: 197-220.
- Rayou, Patrick (1999). *La Grand École: Approche sociologique des compétences enfantines*. Paris. PUF
- Rayoux, Patrick (2003). "Les univers politiques des élèves : entre rempli e engagement », in C. Xypas (dir.), *Les Citoyennetés Scolaires (De la Maternelle au Lycée)*. Paris. PUF (75-121).
- Renaut, Alain (2002). *La Libération des Enfants*. Paris. Calman-Lévy
- Rocha, Cristina e Ferreira, Manuela (1994). Alguns Contributos para a Compreensão da Construção Médico-Social da Infância em Portugal (1820-1950). *Educação, Sociedade e Cultura*, 2: 59-90.
- Rogoff, Barbara (2003). *The Cultural Nature of Human Development*. Oxford. Oxford University Press.
- Rollet, Catherine et Morel, Marie-France (2000). *Des bébés et des hommes : traditions et modernité des soins aux tout-petits*. Paris. Albin Michel
- Saporiti, A. (1994), "A Methodology for Making Children Count", in J. Qvortrup (ed.), *Childhood Matters*. Aldershot. Avebury.
- Saramago, Sílvia Sara Sousa (1994). As identidades da infância. Núcleos e processos de construção das identidades infantis. *Sociologia - Problemas e Práticas*, 16: 151-171.
- Saramago, Sílvia Sara Sousa (2005). *O Protagonismo das Crianças*. Tese de Doutoramento em Sociologia. Lisboa. ISCTE.
- Sarmiento, Manuel Jacinto (2000). "A Infância e o Trabalho: A (Re)Construção Social dos "Ofícios da Criança". In *Fórum Sociológico*, 3/4 (II Série): 33-48
- Sarmiento, Manuel Jacinto e Pinto Manuel (1997). "As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo". In M. Pinto e M. J. Sarmiento (Coord.), *As Crianças: Contextos e Identidades*. Braga. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho.

- Sarmiento, Manuel Jacinto; Silva, Raquel; Costa, Salete (2003) *As Penas do Galo de Barcelos: Infância, Trabalho e Lazer no Vale do Cávado, Arquivos da Memória*, (Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, Universidade Nova de Lisboa), nº 6/7: 47-64
- Schlemmer, Bernard (org.) (1996), *L'Enfant Exploité. Opression, Mise au Travail, Prolétarisation*, Paris, Karthala/l'Orstom
- Seabra, Teresa (1999). *Educação nas Famílias: Etnicidade e Classes Sociais*. Lisboa. Instituto de Inovação Educacional.
- Seabra, Teresa (2000). *As Crianças em Casa e na Escola: Textos e Contextos Cruzados. Fórum Sociológico*. Nº3/4(2ª série): 71-93.
- Sebastião, João (1995). *As crianças de rua*. Oeiras. Celta Editora.
- Sgritta, Giovanni B. (1997). *Inconsistencies: Childhood on Economic and Political Agenda. Childhood*. 4(4): 375-404
- Singly, François de (dir) (2004). *Enfants Adultes : Vers une Égalité de statuts ?* Paris. Universalis
- Sirota, Regine (1993). *Le Métier d'Élève. Revue Française de Pédagogie*, 104.
- Sirota, Regine (1994) *L'enfant dans la sociologie de l'éducation: un fantôme ressuscité?. Revue de L'Institut de Sociologie*. Université Livre de Bruxelles. 1994/1-2: 147-163.
- Sirota, Regine (1998) *L'émergence d'une sociologie de l'enfance : evolution de l'objet, evolutions du regard. Education et Sociétés*, nº2: 9-33
- Sirota, Regine (1999). *Les civilités de l'enfance contemporaine. L'anniversaire ou le déchiffrement d'une configuration.. Éducation et Sociétés*. Nº3: 31-54.
- Sirota, Regine (dir.) (2006). *Sociologie de l'Enfance*. Rennes. Presses Universitaires de Rennes (no prelo)
- Soares, Natália Fernandes (2001). *Outras Infâncias...* Braga. CESC-Universidade do Minho
- Soares, Natália Fernandes (2005). *Infância e Direitos: Participação das Crianças nos Contextos de Vida – representações, Práticas e Poderes*. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança, área de conhecimento de Sociologia da Infância. Braga. Universidade do Minho (polic.)
- Souza, Solange Jobim e (2000). "Ressignificando a Psicologia do Desenvolvimento: uma contribuição crítica `\*a pesquisa da infância", in S. Kramer & M. I. Leite (DOrg.), *Infância: Fios e Desafios da Pesquisa*. Campinas, Papirus (39-55)
- Steinberg, Shirley R. & Kincheloe, Joe L. (Ed.) (1997). *Kinderculture. The Corporate Construction of Childhood*. Boulder. Westview Press
- Stephens, Sharon (ed.) (1995). *Children and the Politics of Culture*. Princeton. Princeton University Press
- Sunker, Heinz (2001). « Childhood Research, the Politics of Childhood and Children's Lives in Germany », in M. Bois-Reymond, & H. Sunker, *Childhood in Europe. Approaches, Trends, Findings*. New York. Peter Lang Pub. (299-321)
- Sutton-Smith, Bryan (1986), *Toys as Culture*. New York. Amereon Ltd.
- Tomás, Catarina (2000). *Dissertação: Ter e Não Deter o Direito de Audição: um estudo de caso no Colégio de São Fiel*, Dissertação de Mestrado em Sociologia. Coimbra. Faculdade de Economia (polic.)
- Tomás, Catarina e Soares, Natália Fernandes (2004). *Infância, Protagonismo e Cidadania: contributos para uma análise sociológica da cidadania da infância. Fórum Sociológico*, nº11/12: 349-361.
- Vários (2000). *Mundos Sociais e Culturais da Infância*. Braga. Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho (3 volumes).
- Vasconcellos, Vera M.R. de (2006). *Uma visão prospectiva de desenvolvimento em que o presente está sempre recriando o passado (polic.)*
- Vigotski, Lev S. (1979). *Pensamento e Linguagem*. Lisboa. Antídoto. (trad. port.).

- Vilarinho, Maria Emilia (2000). *Políticas de Educação Pré-escolar em Portugal (1977-1997)*. Lisboa. Instituto de Inovação Educacional.
- Waksler, Frances Chaput (1991). « Beyond Socialization » , in F. C. Waksler (ed.), *Studying the Social Worlds of Children. Sociological Readings*. London. Falmer Press (12-22)
- Waksler, Frances Chaput (ed.) (1991). *Studying the Social Worlds of Children. Sociological Readings*. London. Falmer Press
- Waksler, Frances Chaput (Ed.) (1991). *Studying the Social Worlds of Children: Sociological Readings*. London. The Falmer Press.
- Wall, Karin (1996). *European Observatory of National Family Policies. Reports on Portugal -1996. (Preliminary Version)*. Lisboa. Instituto de Ciências Sociais.
- Willis, Paul (1991). *Aprendendo a ser Trabalhador. Escola, Resistência e Reprodução Social*. Porto Alegre
- Woodhead, Martin; Faulkner, Dorothy; Littleton, Karen (Ed.) (1998) *Cultural Worlds of Early Childhood*. London. Routledge/The Open University.
- Zeihner, Helga (2004). O tempo no cotidiano das crianças, in Anna Bondioli (org.) *O Tempo no Cotidiano Infantil. Perspectivas de Pesquisa e Estudo de casos*. São Paulo, Cortez